



ACÓRDÃO Nº913/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11938/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama – FAPEMUC.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Barnabé Andrade Leitão (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3038/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama – FAPEMUC. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Fundo de Aposentadorias e Pensões de Canutama - FAPEMUC, exercício de 2019, sob responsabilidade do **Sr. Barnabé Andrade Leitão**, Diretor-Presidente à época, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei n. 2423/96 – LO/TCE e do art. 188, §1º, III, alínea “b”, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Barnabé Andrade Leitão**, Diretor-Presidente o Fundo de Aposentadorias e Pensões de Canutama - FAPEMUC, exercício de 2019, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições 1, 2 e 3, transcritas na fundamentação do Relatório/Voto;

Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, acima registrado, aos Cofres da Fazenda Pública Estadual, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao



ACÓRDÃO Nº913/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Exercício do Controle Externo - FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome da responsável;

10.3. Determinar à atual gestão do Fundo de Aposentadorias e Pensões de Canutama - FAPEMUC, que:

- 10.3.1.** Observe as disposições da Lei Municipal n. 331/2010 nas portarias e na instrução de processos relativos a concessões de diárias (item 1 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.2.** Providencie a realização da Avaliação Atuarial a fim de elaborar um novo plano de custeio para o FAPEMUC (item 2 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.3.** Promova junto à Prefeitura de Canutama a imediata correção dos valores da base de cálculo dos descontos da contribuição previdenciária dos servidores, conforme determina o art. 1º, II e III, Lei Federal nº 9.717/98; art. 4º, §1º, IV, VIII, X, XI e XII, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º, §1º, Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, §1º, ON MPS nº 02/2009; art. 14, §1º, da Lei Municipal nº 267/2003 (item 3 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.4.** Providencie a cobrança dos recolhimentos das contribuições previdenciárias patronal e dos servidores da Prefeitura Municipal de Canutama e da Câmara Municipal de Canutama, com os valores devidamente atualizados, conforme disposto no art. 1º, II, da Lei Federal nº 9.717/98; art. 1º da Lei Municipal nº 325/2010; e arts. 13, I e II, § 1º, 14, § 4º, 19 e 20 da Lei Municipal nº 267/2003 (itens 4, 5, 6 e 7 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.5.** Providencie a emissão do Parecer do Conselho Fiscal na próxima prestação de contas do FAPEMUC, atendendo ao art. 2º, XXVIII da Resolução n. 04/2016-TCE/AM (item 8 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.6.** Promova ações que visem a imediata regularização do saldo de R\$8.052.859,88 registrado na conta Ativo de demais



ACÓRDÃO Nº913/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

créditos de curto prazo (item 9 da fundamentação do Relatório/Voto);

10.3.7. Providencie ações para a elaboração das Notas Explicativas, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição (item 10 da fundamentação do Relatório/Voto);

10.3.8. Providencie ações para o registro de todos os bens patrimoniais, utilizando se necessário, as técnicas de avaliação ou reavaliação dos bens, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (item 11 da fundamentação do Relatório/Voto);

10.4. Determinar à SECEX que oriente a próxima Comissão designada a vistoriar o RPPS do Município de Canutama que verifique o cumprimento das determinações elencadas na decisão, a qual deverá seguir em cópia à referida Secretaria.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral